

Salas de acolhimento do ProJovem: reflexões acerca do direito à educação

ProJovem welcome rooms: reflections on the right to education

Salas de acogida del ProJovem: reflexiones sobre el derecho a la educación

Rosilaine Gonçalves da Fonseca Ferreira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
lainef@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8236-8906>

Luiz Carlos Gil Esteves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
luizesteves@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-9853-3539>

RESUMO

Na ocasião em que a sociedade se mobiliza visando à institucionalização de espaços para receber crianças de famílias que trabalham e/ou estudam à noite, este artigo apresenta os resultados de pesquisa acerca do processo de implantação, em 2012, das chamadas salas de acolhimento para os filhos dos estudantes do ProJovem Urbano, demanda nacional desde o início do Programa, em 2005. A metodologia articula abordagens quantitativas e qualitativas, em estudo de caso no município de Itaboraí (RJ). Os resultados mostram que tais salas são instrumento de apoio bastante eficiente para a permanência dos jovens na escola, mas não se configuram a única solução para a evasão observada. A expectativa é que as recomendações aqui presentes subsidiem ações similares visando à permanência escolar, considerando a importância que esses equipamentos assumem para aqueles que são privados do direito à educação, por não terem com quem deixar seus filhos enquanto estudam.

Palavras-chave: Direito à educação. Educação de jovens e adultos. Juventude. ProJovem Urbano. Salas de acolhimento.

ABSTRACT

When the society is moving towards institutionalizing spaces to accommodate children from families who work or study at night, this article presents the results of a survey about the process of implementation, in 2012, of the so-called welcome rooms for the children of ProJovem Urbano students, a national demand since the beginning of the Program (2005). The methodology articulates quantitative and qualitative approaches, a case study in the city of Itaboraí (RJ). The results show that the rooms are a very efficient support for the permanence of young people in school, however, they are not the only solution to the evasion

observed. It is expected that the recommendations here will subsidize similar actions aiming school permanence, considering the importance that the rooms take place for those who are deprived of the right to education, as there is a lack of child care for their children.

Keywords: *Projovem Urbano. Right to education. Welcome rooms. Youth. Youth and adult education.*

RESUMEN

En el momento en que la sociedad avanza hacia la institucionalización de espacios para la acogida de niños de familias que trabajan o estudian de noche, este artículo presenta los resultados de un estudio sobre la implementación, en 2012, de las denominadas salas de acogida para los hijos de los estudiantes del Projovem Urbano, demanda nacional desde 2005. La metodología articula enfoques cuantitativos y cualitativos, en un estudio de caso en Itaboraí (RJ). Los resultados muestran que estas salas son muy eficientes para la permanencia de los jóvenes en la escuela, pero no representan la única solución al problema de deserción que se observa. La expectativa es que las recomendaciones aquí presentadas puedan subsidiar otras acciones orientadas a la permanencia escolar, considerando la importancia de estos equipos para aquellos que se encuentran privados del derecho a la educación, por no tener con quien dejar a sus hijos mientras estudian.

Palabras clave: *Derecho a la educación. Educación de jóvenes y adultos. Juventud. Projovem Urbano. Salas de acogida.*

Introdução

Em 2 de maio de 2018, a sociedade carioca viu aprovado, em primeira votação, pela Câmara do Município do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei nº 17/2017 (RIO DE JANEIRO, 2017), que institui, na cidade, o Programa Espaço Infantil Noturno - Atendimento à Primeira Infância, mais conhecido como “Espaço Coruja”. De autoria da falecida vereadora Marielle Franco - cujo brutal assassinato, em março daquele ano, com 9 tiros e em condições ainda não esclarecidas, causou comoção mundial - e do vereador Tarcísio Motta, a ação tem por objetivo atender às famílias cujas atividades profissionais ou acadêmicas se concentrem no horário noturno. Para tanto, deve-se valer da estrutura já existente ou a ser desenvolvida em creches e espaços infantis da rede municipal de educação, que estejam adequadas ao desenvolvimento das atividades previstas. Seu público-alvo são as crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses, com as quais serão efetivadas atividades lúdicas e cuidados adequados a cada período da infância e às necessidades das crianças com deficiência.

Ainda que tal proposta seja bastante controversa entre os educadores - que, em meio a outras críticas, alertam para o prolongamento do processo de “institucionalização da infância”, uma vez que até mesmo no período noturno as crianças estariam dentro de

uma instituição formal, o que lhes privaria dos contatos familiar e comunitário, tão necessários para o fortalecimento de vínculos emocionais e afetivos -, o fato é que diversas foram as manifestações populares a favor dos projetos de lei encaminhados, em nome da vereadora, para votação naquela data, dentre os quais tem destaque o PL 17/2017, aprovado sem qualquer polêmica. Para uma ideia da veemência da pressão popular, que na ocasião superlotou com faixas as galerias da Câmara, um dos vereadores presentes na sessão declarou ter recebido 12.700 e-mails cobrando a aprovação das medidas (DAFLON, 2018).

Face à implantação dessa proposta no município em um futuro próximo, como também a grande possibilidade de a mesma vir a se replicar em outras esferas da administração pública dentro e fora do RJ, conhecer o resultado de pesquisas acerca de experiências similares torna-se obrigatório. Isto porque podem, certamente, oferecer subsídios para o aprimoramento da ação estatal no sentido da garantia, no caso a ser aqui apresentado, do direito à educação de jovens pais ou responsáveis que se veem impossibilitados de frequentar a escola por não terem com quem deixar seus filhos durante o turno da noite, período em que se desenvolve a grande maioria das ações no âmbito da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Diante disso, com o objetivo de melhor entender e subsidiar o debate acerca do direito à escolarização desses sujeitos, este artigo tem como meta analisar o processo de implantação das chamadas salas de acolhimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano. Criadas pelo Decreto 7.649, de 21 de dezembro de 2011, tais salas têm como finalidade apoiar os jovens estudantes que têm filhos ou são responsáveis legais por crianças com idade entre 0 a 8 anos e 11 meses, de forma a permitir sua presença e permanência no curso até a conclusão e certificação. Caracterizadas como um serviço complementar do Programa, as salas entraram em vigor, em nível nacional, a partir da edição de 2012, como forma de responder ao complexo descompasso que se verifica entre a oferta de ensino e a execução de ações de permanência dos jovens no âmbito da EJA. Sendo assim, a problemática central deste artigo gira em torno da seguinte questão: as salas de acolhimento podem ser consideradas recursos que, efetivamente, possibilitam a permanência dos estudantes no Projovem Urbano, contribuindo para a garantia de seu direito à educação? Tendo esta pergunta como guia, buscou-se conhecer: o perfil dos jovens que se beneficiam das salas; as percepções dos principais envolvidos no Programa sobre a ação e ainda os desafios e impasses enfrentados durante o seu processo

de implantação, no sentido de oferecer subsídios tanto para o seu próprio aprimoramento quanto para outras ações com os mesmos fins.

Para atingir os objetivos do estudo, foi selecionado como campo de investigação o município de Itaboraí, localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, considerado de grande porte, visto que, em 2017, sua população foi estimada em 232.394 habitantes. Tal escolha teve por base uma série de pesquisas realizadas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio¹, que apontaram um amplo contingente de jovens daquela região que, nas entradas anteriores do Programa, levava seus filhos para a escola no turno da noite porque não tinha com quem deixá-los naquele período. A presença de tais crianças nas salas de aula frequentemente provocava a dispersão e o desvio da atenção dos jovens, prejudicando, em consequência, o trabalho do professor. A opção por acompanhar turmas referentes à edição 2012 se deu em razão de esta ter sido a primeira versão do Programa a ofertar as salas de acolhimento aos estudantes.

A pesquisa iniciou com levantamento bibliográfico a respeito do Projovem Urbano, em que se buscou averiguar como e quando surgiram as demandas por essas salas no Programa. Foram analisados documentos oficiais, tais como, entre outros: a Resolução CD/FNDE nº 60 (BRASIL, 2011a), que estabelece os critérios e as normas para o desenvolvimento das ações do Projovem Urbano para a entrada de estudantes a partir de 2012; a Nota Técnica nº 001 (BRASIL, 2012), elaborada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi/MEC, em parceria com a Coordenação Geral de Educação Infantil – Coedi e com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que traz as orientações para a implementação das salas de acolhimento do Programa; e o Projeto Pedagógico Integrado - PPI do Projovem Urbano, elaborado em 2008.

O estudo empírico, que articula abordagens quantitativas (questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados aos sujeitos da pesquisa) e qualitativas (observações, grupo focal e entrevistas semiestruturadas), abrange o universo da oferta do Programa em Itaboraí. Foi realizado entre agosto de 2012 e novembro de 2013, nas 4 salas de acolhimento das seguintes escolas municipais: Antônio Joaquim da Silva, situada

¹ Ações desenvolvidas pelas chamadas Instituições Regionais, constituídas por universidades federais responsáveis pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas nos núcleos e pela realização de avaliações para aferir a qualidade da oferta do Projovem Urbano.

no bairro de Manilha; Genésio da Costa Cotrim, em Reta Nova; Guilherme de Miranda Saraiva, em Ampliação; Pedro Alves de Araújo, localizada no bairro de Itambi

Um dado importante e que deve desde já ser destacado é que, na última visita feita ao município, em novembro de 2013, a coordenação local informou que, dos 298 alunos matriculados no início da edição 2012, apenas 49 jovens estavam aptos a concluir o Programa (16%), dados que corroboram as falas dos gestores, quando elegem a evasão como o principal desafio da gestão local do Projovem. As aulas de todos os núcleos da edição 2012 em Itaboraí foram interrompidas no mês de dezembro para o recesso de fim de ano, assim como as atividades das salas de acolhimento.

Todavia, quando do retorno das aulas, em janeiro de 2013, as salas de acolhimento haviam deixado de existir. Diante dessa interrupção, estendemos a pesquisa de campo durante o ano de 2013, no intuito de conhecer a opinião dos jovens quanto ao motivo desse fechamento. As razões por eles elencadas podem ser agrupadas em 2 distintas categorias: aquelas de cunho político (descaso governamental, descontinuidade com a mudança de governo etc.) e as de caráter técnico-operacional (carência de profissionais, falta de planejamento etc.). Em setembro de 2013, o atendimento das salas foi restabelecido, mas muitos jovens já haviam evadido, como revela a fala de uma estudante: “Não tinha mais ninguém para olhar as crianças, aí ficava aquela correria pra lá e pra cá. Então algumas mães acabaram largando o Projovem”. Com base no que vimos e ouvimos, e ainda que o tema não seja objeto direto deste artigo, podemos dizer, então, que a não oferta de salas de acolhimento pode ter contribuído diretamente para o elevado percentual de evasão (84%) verificado na edição 2012.

Terminamos essa etapa do estudo de posse do seguinte material colhido entre os sujeitos da pesquisa: 17 questionários de estudantes com filhos (14) ou responsáveis por crianças (3); 10 de alunos sem filhos; 3 de profissionais das salas de acolhimento (aqui também tratados como acolhedores, designação utilizada pela coordenação de Itaboraí e adotada neste estudo); 12 de professores do Programa e 2 de coordenadores. Analisam-se, também, as percepções tanto de alunos participantes de 1 grupo focal quanto de 2 entrevistas com a então coordenadora geral do Programa no município e o representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Semec, o qual, na ocasião, ocupava o cargo de Subsecretário de Infraestrutura, Orçamento e Gestão Estratégica. Complementam o material de análise as anotações registradas em nosso caderno de campo. Destaca-se, desde já, que em todas as visitas fomos muito bem recebidos tanto pelos sujeitos do

Projovem, aí incluídas as crianças acolhidas nas salas, quanto pelos demais profissionais da escola, cujas identidades foram mantidas em sigilo em todas as etapas do estudo.

No mais, e no que pesem as suas limitações, espera-se, com este trabalho, contribuir com subsídios capazes tanto de auxiliar na compreensão do que representa tal oferta para os jovens da EJA, sujeitos estes que se apresentam historicamente como dos mais vulneráveis e invisibilizados no campo da educação brasileira, como também apoiar o poder público com informações na implementação de ações similares, como, por exemplo, o Espaço Coruja.

O percurso do Projovem nas políticas públicas de juventude e de educação

De acordo com Novaes (1998), a juventude brasileira constitui um grupo plural e diverso que busca ser reconhecido como “sujeito de direitos”, capaz de refletir e reinventar a sociedade. Nesse sentido, afirma a necessidade de pensar políticas públicas e iniciativas governamentais direcionadas para a redução das desigualdades juvenis que, ao mesmo tempo, promovam o acesso desse grupo aos bens sociais, econômicos e culturais.

Segundo o documento “Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas” (BRASIL, 2006), que visa atender a demandas da juventude brasileira, em 2004, o governo federal organizou um Grupo Interministerial constituído de 19 ministérios, secretarias e órgãos técnicos especializados, com o propósito de realizar um diagnóstico dos programas e projetos federais em vigência naquela época, dirigidos especificamente para os jovens. Tal iniciativa subsidiou o debate para a construção da Política Nacional de Juventude - PNJ, instaurada no Brasil em 2005, como resposta à reivindicação histórica dos movimentos juvenis. Ao mesmo tempo em que foi instituída, a PNJ abarcou também a criação do Conselho Nacional de Juventude - Conjuve, da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e a implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, através da Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, iniciativa que revelou “[...] resultados importantes e promissores, indicando a propriedade de se ampliarem, reforçarem e integrarem ações voltadas para a juventude que se desenvolviam em diferentes ministérios” (BRASIL, 2008b, p.10).

Regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/05, O Projovem destacou-se por ter sido o primeiro grande programa criado pelo governo federal direcionado “intencionalmente” para a juventude brasileira (ANDRADE; ESTEVES; OLIVEIRA, 2009). Além disso, originou duas inovações bastante relevantes para a concretização das políticas

de juventude: um currículo inovador, contemplando o Ensino Fundamental, a qualificação profissional inicial e a ação comunitária, e também uma gestão compartilhada entre o MEC, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República (BRASIL, 2008b). Para tanto, assumiu, ao mesmo tempo, caráter emergencial e experimental, por meio da imediata reinserção dos jovens no sistema de ensino, no mundo do trabalho e na sociedade, através de ações integradas.

De acordo com o registro realizado pela SNJ, o perfil mais atendido pelo Programa, desde sua implantação, foi o de jovens mães e pais que não tinham com quem deixar seus filhos no momento em que estavam em sala de aula², situação que contribuía, e muito, para ocasionar um elevado número de evasões, sobretudo entre o público feminino, dificultando o acesso desses jovens ao exercício de seus direitos como cidadãos. Aqueles que persistiam em dar continuidade ao processo educacional muitas vezes tinham que levar seus filhos para a escola, o que gerava muitas reclamações de professores e alunos, uma vez que isso, como já pontuado, causava dispersão e desvio da atenção tanto do responsável pela criança quanto dos demais estudantes, prejudicando o processo educativo. Como alerta a própria Coordenação Nacional do Programa: “essas crianças precisam e requerem cuidados”, uma vez que

Criança dentro de uma sala de aula de adultos é o centro das atenções. Isso é um fato. É difícil ver um menino comportado enquanto o professor e aluno se esforçam para lidar e tratar essa situação com naturalidade. É muita informação ao mesmo tempo e a concentração e o aprendizado ficam comprometidos (BRASIL, 2007).

Ainda que não tenhamos o propósito de dialogar sobre as reformulações ocorridas no Programa no decorrer de sua existência, trataremos uma breve revisão do assunto, de modo a revelar algumas de suas interfaces com as políticas de juventude no Brasil.

Como vimos, o Programa foi criado em 2005, sendo que a primeira grande reformulação ocorreu em 2008, através de sua junção com 5 ações de juventude já existentes: Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, compondo, assim, o Projovem Integrado, que, por sua vez, desdobrava-se nas seguintes modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Campo -

² Como consta no “Caderno temático: perfil e percepções dos alunos do Projovem Urbano”, de 2010. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/440766/RESPOSTA_PEDIDO_RESP_00077_001239_2015_06-16-12-2015%20-SG%20-perfil2010_ProJovem.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

Saberes da Terra, Projovem Urbano e Projovem Trabalhador, cada uma com diretrizes específicas para seu público alvo³ (BRASIL, 2008b).

O Projovem Urbano surge em 2008 com um novo desenho do Projovem “Original”, trazendo propostas inovadoras para a juventude brasileira, dentre as quais destacam-se: ampliação da faixa-etária de atendimento até os 29 anos; ingresso no Programa bastando que o jovem saiba apenas ler e escrever, sem exigência de conclusão da antiga quarta série do Ensino Fundamental; duração do curso ampliada para 18 meses; aceitação de estudantes com vínculo empregatício formal, entre outras novidades (LIRA et al., 2010).

Como seu desdobramento surge, em 2009, o Projovem Urbano Prisional, que tem como finalidade assegurar aos jovens de 18 a 29 anos o direito à educação, no período em que estão em privação de liberdade, cooperando para sua reintegração social após o cumprimento da pena. Esta nova modalidade do Programa foi implementada através de convênio entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP e o Ministério da Justiça - MJ, com repasse do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, incluindo outras parcerias

Em 2011, a Secretaria Geral da Presidência da República e o MEC comunicaram sua transição da SNJ para o MEC. Segundo o governo federal, tal iniciativa surge como forma de garantir a atualização, o aperfeiçoamento e a ampliação do Programa, “ganhando força como política pública da modalidade Educação de Jovens e Adultos, ao ter sua gestão diretamente vinculada [ao MEC] (...) e às Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação, em âmbito local” (BRASIL, 2012, p.1). Passa, assim, a integrar a Secadi/MEC, no intuito de ultrapassar a etapa de implantação até então vivenciada pelo Programa, promovendo-o à condição de política pública vinculada ao sistema educacional brasileiro.

A nova gestão assume as turmas do Projovem Urbano a partir de 2012 com algumas alterações de extrema relevância para a Política Nacional de Juventude. Dentre elas, destaca-se o foco de nosso estudo, ou seja, a implantação das chamadas salas de acolhimento, demanda dos jovens estudantes, professores e coordenadores, assim como do Conselho Nacional de Juventude - CNJ desde a versão “Original” do Programa.

³ Para mais informações sobre esses Programas, ver, por exemplo: “Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano”. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_Projovem_PPI.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017; “Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm>. Acesso em: 31 mar. 2017; Site do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2017.

Acolhimento: do que estamos falando?

Analisar a oferta de salas de acolhimento como ação complementar do Projovem Urbano, visando à garantia do direito educacional de jovens pais que não têm com quem deixar seus filhos durante o estudo no turno da noite, obriga a uma rápida abordagem acerca da forma como o conceito de acolhimento é concebido neste estudo.

Cuidar, recepcionar, oferecer guarida e proteção aos que se encontram sem apoio: tal definição expressa no dicionário brasileiro para definir “acolhimento” também pode ser encontrada na fala do filósofo francês, Jacques Derrida. Para o autor, esta é uma palavra de “boas-vindas”, que significa oferecer hospitalidade ao outro, inserindo-o no contexto da realidade em questão. O acolhimento é sempre o acolhimento do outro.

A palavra “hospitalidade” vem aqui traduzir, levar adiante, reproduzir as duas palavras que a precederam: “atenção” e “acolhimento”. Uma paráfrase interna, também uma espécie de perífrase, uma série de metonímias expressam a hospitalidade, o rosto, o acolhimento: tensão em direção ao outro, intenção atenta, atenção intencional, sim ao outro (DERRIDA, 2004, p. 40).

Ainda segundo o autor, o termo “acolhimento” expressa, ao mesmo tempo, atividade e passividade e situa a relação com o outro tomando como base o conceito de justiça. Aponta ainda que ele é muito utilizado nas relações sociais para demonstrar o primeiro gesto em direção ao outro. “O acolhimento determina o receber, a receptividade do receber como relação ética. [...]. Abordar o Outro no discurso é acolher sua expressão em que ele ultrapassa a todo instante a ideia que se poderia ter dele” (DERRIDA, 2004, p. 43).

Na área da educação, o termo “acolhimento” é mais utilizado pela Educação Infantil, estando relativamente associado à concepção de adaptação. De acordo com Ortiz (2000), a adaptação indica que o ato de educar está conectado ao ato de cuidar. Para a autora, os primeiros momentos do aluno na escola, ou a cada nova etapa escolar, precisam ser planejados de forma a proporcionar conforto, cuidados e segurança, seja o aluno criança ou adulto.

Também para Nunes (2006, p. 23-24), pensar o momento do acolhimento é um aspecto relevante a ser considerado na construção da proposta pedagógica da Educação Infantil:

Adaptação, acolhimento, inserção são denominações que, por vezes, expressam práticas distintas. Pensando além das nomenclaturas, a entrada das crianças nas instituições está ligada à ideia de pertencimento, de estreitamento de relações, de partilha, que não finda quando termina o estranhamento. Ao contrário, pois crianças e adultos, ao se reconhecerem no grupo e no espaço que habitam, reafirmam-se, constroem novas identidades.

Segundo Baptista (2006, p. 37), “acolher, informalmente, filhos de outras pessoas parece ter sido uma maneira bastante natural de cuidar de quem precisa de proteção”. Ainda que tal reflexão se inscreva no campo do acolhimento familiar, traz intrínseca a ideia de apoio à família desprovida de assistência para o acesso à educação.

De modo geral, as concepções de acolhimento aqui arroladas expressam o sentido plural que o termo assume no desenvolvimento das ações do Projóvem, uma vez que tais salas foram criadas visando se constituírem espaços destinados ao cuidado de pessoas, onde, além de outras ações, são fortalecidos os vínculos de apoio e solidariedade.

Vale ressaltar que tal prática, de maneira informal, sempre existiu no Brasil, repetindo-se inclusive na maioria dos núcleos do Projóvem Urbano. Entretanto, ainda que - e conforme vivenciamos - professores, funcionários da escola e demais estudantes sempre se dispusessem a auxiliar, não havia nem um ambiente especificamente destinado às crianças, nem um profissional responsável por seus cuidados enquanto estas acompanhavam seus pais na escola à noite. Assim, a elas nada restava se não o alojamento precário em salas de aula, corredores e refeitórios, locais obviamente sem as condições de proteção, conforto e segurança devidos.

As salas de acolhimento do Projóvem Urbano

Introduzida a partir de 2012, a sala de acolhimento é uma inovação experimental do Ministério da Educação, que surge como alternativa de apoio “às famílias de jovens matriculados no Programa que necessitam deixar seus filhos [de 0 a 8 anos] em condições adequadas de proteção, bem-estar e desenvolvimento, no período em que estão frequentando as aulas” (BRASIL, 2012, p. 2).

Como já pontuado, a demanda por ações similares é antiga. Foi destaque, por exemplo, na 2ª Conferência Nacional de Juventude, em 2011, quando foi reivindicada a criação e ampliação do número de creches voltadas para os filhos de jovens e adolescentes que precisam retomar os estudos (BRASIL, 2011b). Desse modo, se concordamos com Maria das Graças Rua, quando esta define demandas como reivindicações de bens e serviços em campos tais como a educação, saúde, segurança, entre outros, podemos dizer

que a demanda por salas de acolhimento no âmbito do Projovem Urbano se caracteriza como recorrente, uma vez que expressa “problemas não resolvidos, ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental” (RUA, 1998, p. 3), reivindicada tanto pelos principais sujeitos do Programa quanto pelo Conselho Nacional de Juventude, desde o início do Projovem Original.

De acordo com a Nota Técnica nº 001 (BRASIL, 2012), o atendimento ali realizado de modo algum deve ser confundido com aquele prestado pela Educação Infantil ou pelo Ensino Fundamental, nem com o da assistência social, uma vez que não os substitui. Isto porque, as atividades devem ter caráter lúdico, contemplando brincadeiras, recreação, exibição de filmes, dentre outras. É importante destacar que todas as atividades consideradas lúdicas também possuem aspecto educativo, uma vez que oportunizam a aprendizagem do indivíduo. Sob a lógica de Maria et al. (2009), o lúdico pode ser instrumental ou essencial. Na primeira forma, é entendido como recurso motivador, isto é, na educação funciona como um instrumento metodológico. Na condição de essencial (ou seja, no modo como é concebido no âmbito do Projovem), as atividades são encaradas como atitudes indispensáveis ao desenvolvimento humano que não necessitam de justificativas; neste “a produtividade é o próprio processo de brincar, uma vez que nessa concepção, jogar é intrinsecamente educativo, é essencial enquanto forma de humanização” (MARIA et al., 2009, p. 10).

Cada núcleo do Programa pode implantar até duas salas de acolhimento, com vistas a atender crianças de 0 a 8 anos e 11 meses, proporcionando-lhes condições de segurança e bem-estar enquanto seus responsáveis estão em aulas. A frequência não é obrigatória e o direito à educação diurna é mantido para essas crianças, conforme previsto na legislação nacional (BRASIL, 2012).

Para o trabalho nessas salas devem ser contratados profissionais com formação mínima em nível médio, na modalidade normal (magistério), com conhecimentos básicos de desenvolvimento infantil, além da disponibilidade de trabalhar 20 horas semanais, conforme disposto na Resolução CD/FNDE nº 60 (BRASIL, 2011a). Dentre as atribuições do acolhedor, incluem-se: planejamento das atividades a serem realizadas na sala de acolhimento; responsabilidade pelo cuidado e segurança das crianças; desenvolvimento de atividades lúdicas atendendo às diferentes idades; organização e cuidado com os materiais utilizados, observando a necessidade de reposição ou manutenção; registro das atividades desenvolvidas; obrigatoriedade de manter as famílias e a coordenação do Programa sempre informadas a respeito das crianças.

Assim como os jovens matriculados no ProJovem Urbano, as crianças atendidas têm direito a lanche ou refeição com qualidade compatível com a exigida no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Prevê-se ainda a aquisição de material que garanta às crianças um espaço confortável e seguro, sendo que os municípios devem receber orientações para a montagem das mesmas e o cuidado com as crianças. O espaço físico deve ser arejado, limpo e seguro. É proposto também que tais espaços sejam atrativos, contendo jogos, brinquedos, livros, massinhas, entre outros materiais que atendam a todas as idades. O uso de colchonetes ou de tapetes é recomendado para acomodar as crianças menores enquanto engatinham ou sentam no chão. A mobília deve incluir aparelhos de som e vídeo para a exibição de filmes e desenhos infantis, além de cadeiras e mesas do tamanho adequado, possibilitando o desenvolvimento de atividades de desenho, pintura, recorte etc.

Para armazenar tais materiais e brinquedos, devem ser providenciados armários, caixas, prateleiras ou outros espaços, de forma a mantê-los sempre acessíveis e organizados. Além disso, os materiais de higiene das crianças deverão ser fornecidos pelo Programa, tais como mamadeiras, copos, fraldas etc. Fica a cargo da coordenação local orientar e monitorar as atividades desenvolvidas pelos educadores dessas salas, agindo de forma integrada com os profissionais responsáveis pela Educação Infantil da localidade. Por outro lado, a Secadi/MEC deve atuar de maneira articulada com a “Secretaria de Educação Básica deste Ministério, por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil, e com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Proteção Social Básica” (BRASIL, 2012, p. 5), na perspectiva de nortear a implantação e o desenvolvimento das salas e acompanhar o trabalho realizado nos municípios e estados.

Por fim, a Nota Técnica nº 001 (BRASIL, 2012) reconhece a importância de acompanhar o atendimento prestado, visto que tais salas são consideradas uma “inovação” no campo das políticas de juventude, tal como atesta o trecho a seguir:

O acompanhamento do atendimento feito a essas crianças e a avaliação deste serviço complementar ao ProJovem Urbano, quanto às condições de atendimento (organização e adequação dos espaços, rotinas, alimentação, atuação do profissional responsável e dos demais profissionais da equipe como educadores do núcleo, coordenador e assistente pedagógico), é especialmente importante por se tratar de uma inovação dentro do Programa (BRASIL, 2012, p. 5).

No que diz respeito à produção científica acerca da experiência acumulada com a implantação de tais salas, esta é, até onde podemos perceber, bastante restrita. Assim, além da dissertação que serve de base para este artigo (FERREIRA, 2014), encontramos tão-somente um único estudo, de autoria de Castro e Abramovay (2017, p. 266-267), cujo foco da análise é centrado, com mais ênfase, na questão de gênero:

Para um olhar sobre as Salas, é necessário combinar a perspectiva de gênero, o debate sobre o cuidar e a busca de uma identidade profissional pelas cuidadoras nas Salas, que ressaltam a importância de serem reconhecidas como educadoras infantis com orientação para uma educação lúdica, que combine, para a criança, tempo de brincar, de ser protegida, socialização e sociabilidade.

Seguindo por esse caminho, dentre as principais conclusões apresentadas, as autoras ponderam que se para as estudantes do ProJovem a oferta de tal serviço desestabiliza a lógica patriarcal que as obriga a se afastar da escola quando se tornam mães, para as profissionais - cuidadoras ou educadoras - que o prestam “o Programa das Salas deixa a desejar e, de alguma forma, se oportuniza por reproduzir a ideia essencialista de que as mulheres seriam aptas para o cuidar e não necessitariam de melhor profissionalização” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2017, p. 289).

Breve perfil dos estudantes que acessavam as salas de acolhimento

Considerando a limitação textual imposta para este artigo, neste item destacaremos apenas as principais características do perfil dos jovens atendidos pela ação. Como já dito, analisamos aqui 17 questionários, dentre os quais 14 foram respondidos por estudantes com filhos e 3 por outros que, embora sem filhos, informaram usar as salas esporadicamente para acolher sobrinhos e/ou enteados. Cabe salientar que a opção de contemplar apenas aqueles que utilizavam as salas de acolhimento se justifica pelo fato de já existirem diversos estudos acerca do perfil dos alunos do ProJovem Urbano em entradas anteriores, inclusive do município pesquisado, tais como os de Andrade, Esteves e Oliveira (2009), Leão e Nonato (2012) e Teixeira (2011), entre outros.

Iniciamos este breve perfil abordando o sexo dos entrevistados. Constatamos que as mulheres foram as que mais se beneficiaram dessa ação complementar (14), dado este que também foi percebido por Castro e Abramovay (2017), em pesquisa realizada em vários outros estados do país, e que vem reforçar a demanda por políticas de permanência voltadas especificamente para o público feminino. Boa parte dos jovens (12) utilizava as

salas eventualmente; contudo, um número expressivo (5) informou usá-las sempre. A faixa etária de 24 a 29 anos foi a mais frequente entre os respondentes (8), seguida da de 18 a 23 anos (5), tendência confirmada durante todo o processo de observação no município, sendo que apenas 1 não informou a idade; ainda que fora do parâmetro etário do Projovem, 3 pessoas com 30 anos ou mais também se disseram usuárias, situação que, segundo as palavras da coordenadora do Programa transcritas a seguir, expõe um aspecto negativo, porque limitador, da ação, tendo em vista que, naquela localidade, um número expressivo de sujeitos com mais de 30 anos estaria interessado em realizar a matrícula:

Eu acho que essa idade até os 29 anos é um aspecto negativo do Programa, porque restringe muito! Ela poderia subir um pouquinho mais, até uns 35 anos, porque é acima dos 30 que a pessoa quer realmente estudar e acaba tendo mais compromisso... Aqui em Itaboraí, tem uma procura muito grande de público com 31, 32, 35 anos.

Quando indagados sobre religião, a maioria dos jovens (9) respondeu ser evangélica e 3 afirmaram ser católicos; todavia, boa parte informou não ter crença alguma (5). No que tange à cor/raça, nosso recorte revelou que 9 dos estudantes se autoidentificaram como pardos e 1 afirmou ter cor de pele preta, situação que reforça a demanda desse tipo de serviço pela população negra (segundo os critérios adotados pelo IBGE para essa classificação); 6 se declararam brancos e apenas 1 se declarou amarelo.

Em relação ao estado civil, a maior incidência é a de jovens casados ou que vivem juntos (10), seguida pelos solteiros (6); apenas 1 é separado. Outro aspecto relevante é o número de filhos; dos 14 pais respondentes, a maioria (6), apesar de jovem, possui 3 filhos ou mais, situação que reforça a importância desse serviço, como ressalta a fale de um professor: “Essas meninas têm muitos filhos! Há umas com 3, 4 e que precisam de um apoio para continuar a estudar!”; 4 jovens responderam ter 2 filhos e o mesmo número afirmou ter apenas 1.

Quanto à idade dos filhos dos estudantes (31 declarados, no total), a maior parte deles (14) possui 9 anos ou mais, dado que atesta a ocorrência de maternidade e paternidade na primeira etapa da juventude entre os respondentes; 10 crianças têm entre 4 e 8 anos e 7 estão em idade de creche, ou seja 0 a 3 anos. Ressalte-se que o único pai de nossa amostra tinha 21 anos, ao passo que as mulheres foram mães entre os 16 e 20 anos. Acerca disso, Benini (2011, p. 77) assinala que “ao se tornarem mães a maioria das adolescentes sofre mudanças em sua qualidade de vida, associadas ao abandono do estudo, menor tempo para lazer e aumento das limitações financeiras”. Por sua vez,

Catharino e Giffin (2002, p. 7) realçam que “ser mãe para essas meninas, talvez seja uma das poucas formas que lhes restam, no sentido de se colocarem no mundo dos sujeitos sociais”, situação que contradiz o senso comum de a chamada “maternidade precoce” representar um problema para determinados estratos da população.

No momento da aplicação dos questionários, apenas 6 dos jovens disseram trabalhar, ao passo que a maioria (11) não trabalhava nem formal nem informalmente. Quanto ao vínculo empregatício, entre os que trabalham, 3 possuíam carteira assinada e 3 não. Considerando os relatos de muitas das mulheres investigadas, tais como o transcrito a seguir, a dificuldade em conseguir alguém para ficar com seus filhos, conforme já ressaltado, acaba afastando-as também do mercado de trabalho: “Eu não posso trabalhar porque não tenho com quem deixar minhas crianças. Para pagar alguém fica muito caro, aí nem vale a pena...”

A renda mensal familiar declarada pelos estudantes pode ser visualizada na tabela seguinte, demonstrando que a maioria (9) vive com até 1 salário mínimo. Cabe ressaltar que quando perguntados se contribuem para o sustento da casa, 14 estudantes responderam sim e 3 responderam não. Os jovens que não trabalham mencionaram contribuir com as bolsas que recebem do Projóvem e do Programa Bolsa Família, complementando, assim, a renda mensal familiar.

Até 1 salário mínimo (até R\$ 678,00)	9
Até 2 salários mínimos (de R\$ 679,00 até R\$ 1.356,00)	4
Até 3 salários mínimos (de R\$ 1.357,00 até R\$ 2.034,00)	2
Até 4 salários mínimos (de R\$ 2.035,00 até R\$ 2.712,00)	1
Até 5 salários mínimos (de R\$ 2.713,00 até R\$ 3.390,00)	1
Até 6 salários mínimos (de R\$ 3.390,00 até R\$ 4.068,00)	0
Mais de 6 salários mínimos (mais de R\$ 4.069,00)	0

Tabela 1 - Renda familiar mensal

Fonte: <www.repositorio-bc.unirio.br>.

De maneira geral, os respondentes residiam em bairros próximos às escolas onde estudavam (Centro, Itambi, Manilha e Reta Nova). As expectativas quanto ao futuro são bem promissoras, tendo em vista que a unanimidade respondeu que pretendia dar continuidade aos estudos após a conclusão do Programa. Na última visita à Escola Municipal Pedro Alves de Araújo, ocasião em que realizamos o grupo focal, os jovens afirmaram, com bastante entusiasmo, que já tinham se matriculado no Ensino Médio, como exemplifica a fala a seguir: “Eu estou muito feliz! Já fui lá, fiz a minha inscrição, agora é só pegar o meu diploma daqui e continuar a estudar!”.

Entre o esperado e a realidade: características das salas estudadas

A experiência das salas de acolhimento da edição 2012 em Itaboraí não foi nada fácil, a começar pelo processo de implantação da nova ação nas 4 escolas do município. Para a coordenação local, o principal desafio foi a dificuldade em conseguir profissionais com interesse e disponibilidade para trabalhar como acolhedores. Isto porque, naquela edição, o Plano de Implementação do Programa local previu a contratação de professores estatutários da rede municipal de ensino para assumir tal função. Os interessados faziam uma dobra da carga horária e eram pagos com recursos da Semec. “Isso acabou gerando muita dificuldade, pois não havia professores no município interessados em realizar a dobra” (Entrevista com coordenadora geral). Tanto assim que uma acolhedora teve que ser contratada através de empresa terceirizada, como veremos mais adiante.

Por conta desse impasse, o núcleo da Escola Municipal Genésio da Costa Cotrim foi o único que iniciou as aulas da edição, em junho de 2012, com a oferta da sala de acolhimento. Nos demais, apenas em agosto e outubro tal oferta passou a ser efetivada, atendendo às orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, responsável pelo desenvolvimento do Programa no município.

Outro problema apontado pela coordenação local no processo de implantação das salas se refere às dificuldades impostas, por parte da diretoria de duas escolas, no sentido de disponibilizarem espaços apropriados para o desenvolvimento da ação, assim como a demora no processo de licitação para a compra dos materiais necessários tanto para compor a mobília quanto para o desenvolvimento das atividades com as crianças. Durante as observações, pudemos notar que os materiais utilizados nas salas de acolhimento foram, em sua maioria, doados pelos acolhedores e demais profissionais do Programa, sendo que os outros poucos materiais aos quais as crianças tinham acesso já pertenciam à escola, provenientes, por exemplo, das salas de leitura.

Dos 3 acolhedores que responderam os questionários, 2 informaram que as salas não apresentavam condições adequadas para o desenvolvimento das atividades. Estes enfatizaram, ainda, a necessidade de acesso a materiais adequados para o trabalho lúdico com as crianças, bem como a disponibilização de um espaço físico apropriado para a sala funcionar, visto que, em suas respectivas escolas, tais profissionais atuavam em uma sala de aula convencional.

No momento de realização da pesquisa, cada sala de acolhimento ofertada no município tinha sua própria especificidade. No núcleo da Escola Genésio da Costa Cotrim,

o acolhimento funcionava na sala de leitura, embora as crianças também tivessem acesso a outros ambientes, tais como: sala de informática, pátio, biblioteca e auditório. Os materiais utilizados nas atividades foram, em sua maioria, doados pelos profissionais do Programa e pela acolhedora, que inclusive montou uma caixa de jogos com recursos próprios. Os demais materiais já pertenciam à sala de leitura, como, por exemplo: livros de contos infantis, tapetes emborrachados e outros poucos brinquedos. As crianças que frequentavam a “sala do Genésio” - expressão utilizada pela coordenação local e da qual lançaremos mão ao nos referirmos às salas de acolhimento das demais escolas - ficavam visivelmente entusiasmadas com as atividades desenvolvidas. A maior dificuldade apontada pela acolhedora era mantê-las dentro da sala durante todo o período em que seus pais estudavam, tendo em vista haver no mesmo espaço crianças de todas as idades e com interesses variados. Nesse sentido, o representante da Semec acrescenta:

O que é mais difícil na sala de acolhimento, talvez um pouco mais complicado, é trabalhar a diversidade de crianças que tem ali, porque vai desde crianças que estão no peito, até crianças que já estão na fase de aprendizagem mesmo. Então, não pode ter um número muito grande na mesma sala, porque, se não, a professora não consegue dar atenção a todas elas [...], não consegue fazer nem um trabalho social nem pedagógico. Eu sei que a sala de acolhimento não deve ter aspecto pedagógico, mas a partir do momento que você desenvolve algum trabalho na escola, ele se reverte em pedagógico.

Com base nessa afirmação, ressaltamos o cuidado que deve ser tomado no sentido de não deixar a lógica escolar invadir as salas de acolhimento, uma vez que, conforme se percebe na fala do entrevistado, existe uma grande tendência para tal. Por essa linha, é importante ponderar que a sala de acolhimento como reforço pedagógico denuncia a deficiência do ensino regular, que não cumpre, dentro dos prazos pré-estabelecidos, o seu papel de ensinar. De acordo com Ribeiro (2013), muitos estudos apontam que ações desenvolvidas por instituições desestruturadas geram impacto negativo no desenvolvimento das crianças. Assim sendo, “o direito à educação só é pleno quando alia acesso à qualidade”.

Nem sempre as crianças que frequentam creches terão resultados escolares melhores no futuro do que aquelas que não tiveram esta oportunidade. Se a creche não for de qualidade, o desempenho dos estudantes pode ser, inclusive, pior do que o alcançado por alunos que não frequentaram essas unidades (RIBEIRO, 2013, p. 6).

Nessa mesma direção, também Esteves (2017), em estudo em que mapeia a oferta da Pré-escola no Brasil, não percebeu relação direta entre maior cobertura e melhores indicadores de qualidade em etapas posteriores. Tais achados só vem reforçar a ideia de

que as salas de acolhimento do Projovem Urbano jamais podem suprir o papel das instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental, visto que sua proposta é exclusivamente “acolher” as crianças enquanto seus responsáveis frequentam as aulas.

O núcleo da Escola Genésio da Costa Cotrim foi o primeiro a ofertar a sala de acolhimento e, também, o primeiro a interromper a oferta. Segundo a coordenação local, no início de dezembro de 2012, a Prefeitura dispensou todos os professores contratados pela empresa terceirizada à qual a acolhedora dessa escola estava vinculada. Informou ainda que, no ano seguinte (2013), as outras salas do município também poderiam deixar de existir, devido à mudança de governo prestes a acontecer.

As atividades da “sala do Guilherme”, aberta no início de agosto de 2012, eram desenvolvidas em uma sala de aula convencional. Lá “faltava tudo” segundo a acolhedora, que, por sua vez, levava brinquedos, livrinhos e material de desenho e recorte e colagem da outra escola em que trabalhava, acrescentando: “Eu trago porque, se não, essas crianças vão ficar fazendo o quê?” Mesmo sem muitos recursos, as crianças declaravam gostar das atividades desenvolvidas: “É bom porque eu posso brincar bastante com a tia e com as outras crianças”. A direção dessa escola não disponibilizava a sala de áudio e vídeo e nem o espaço da Educação Infantil, onde, segundo o relato da coordenadora pedagógica daquele período, havia brinquedos e materiais apropriados para o trabalho com as crianças.

Na “sala do Antônio Joaquim”, iniciada em 16 de agosto de 2012, as atividades também aconteciam em uma sala de aula convencional, sendo que ainda era possível acessar a quadra de esportes e a sala de informática. A acolhedora disponibilizava material próprio para o trabalho com as crianças e fazia questão de separá-lo por faixa etária. Como não havia um espaço para guardar esse material, ela o transportava diariamente em várias bolsas, no intuito de “garantir a efetividade do trabalho”. Ao ser questionada sobre a segurança da sala, afirmou que as tomadas elétricas sem proteção e as carteiras no meio do caminho se configuravam em perigo, pois poderiam causar acidentes, principalmente entre as crianças menores.

A “sala do Pedro” foi a última a funcionar (outubro de 2012), em razão de, segundo a coordenação local, e como já mencionado anteriormente, não haver profissional da rede interessado em realizar a dobra. Entretanto, tal núcleo era o que mais precisava do serviço, visto que quase todas as mães levavam seus filhos. Naquela sala, as atividades aconteciam em vários espaços, tais como: sala de áudio e vídeo, refeitório, sala de informática e, ainda, nos ocupados pela Educação Infantil. Isto porque, também de acordo

com a coordenação local, a direção da escola prestava total apoio ao Programa. Deste modo, as crianças tinham acesso a diversos tipos de materiais, inclusive os da pré-escola.

Consoante o relato do acolhedor, era feito “um paralelo na sala para que as crianças viessem a gostar de estudar”, visto que ele lecionava naquela mesma escola durante os turnos da manhã e da tarde, em turmas do Ensino Fundamental. Afirmou também que muitas das crianças atendidas naquele núcleo eram suas alunas. Sobre esse aspecto, cabe acrescentar que, em nossas idas a campo, ainda que este acolhedor tenha declarado dar aulas de reforço para seus alunos nas salas de acolhimento, observamos apenas a realização de atividades lúdicas. No final de novembro, a coordenação informou que o referido profissional foi substituído, pois estava muito cansado devido ao seu trabalho em “tempo integral”. Sendo assim, outra profissional da escola assumiu a sala, desenvolvendo apenas atividades lúdicas. No entanto, chamam atenção as ações propostas pelo primeiro, tendo em vista que seu trabalho tanto pedagógico quanto lúdico parecia muito bem aceito pelos jovens e pelas crianças, como pode ser constatado nas falas do grupo focal com estudantes do Projovem:

- O meu filho trazia caderno e se tivesse trabalho ele ajudava, fazia um monte de coisa! Meu filho gostava dele.
- Fazia desenho, brincadeiras, passava filme, essas coisas... parecia até um professor de reforço, né? (risos).
- Eu precisava muito. Quando tinha, eu trazia todos os dias. Eu trazia até por necessidade, porque não tinha com quem deixar. Aí eu trazia e eles amavam os professores. O [nome do acolhedor] ajudava eles a fazerem as tarefas de casa, então era meio uma aula de reforço, como as meninas falaram. Ele fazia umas brincadeiras e passava uns filmes que as crianças adoravam.

De acordo com os registros de presença disponibilizados e com nossas observações in loco, eram atendidas, diariamente, em média, cerca de 6 crianças em cada uma das salas de Itaboraí. Vale mencionar que o número máximo a ser recebido por cada uma não está especificado nem na Resolução CD/FNDE nº 60, nem na Nota Técnica nº 001, embora a coordenação do município informasse ser de 10 crianças. Como demonstra a tabela 2, ainda que a maioria das crianças acolhidas em Itaboraí fossem filhas ou estivessem sob a guarda dos estudantes do Projovem Urbano (66,6%), tal acolhimento também era estendido às dos estudantes da EJA regular (21%) e às dos profissionais da escola (13%): professores, diretores, caseiros etc. Note-se ainda que na Escola Municipal Antônio Joaquim da Silva, o maior quantitativo de crianças assistidas estava relacionado aos estudantes da EJA regular (9).

Crianças sob a responsabilidade de...	E. M. Genésio da C. Cotrim	E. M. Guilherme de M. Saraiva	E. M. Antônio J. da Silva	E. M. Pedro A. de Araújo	Total
Alunos do Projovem Urbano	9	15	6	12	42
Alunos da EJA regular	4	0	9	0	13
Profissionais da escola	2	3	2	1	8
Total	15	18	17	13	63

Tabela 2 - Público das salas de acolhimento de Itaboraí

Fonte: <www.repositorio-bc.unirio.br>.

Conforme sinaliza a tabela seguinte, a faixa etária mais frequente de crianças acolhidas era a de 4 a 8 anos e 11 meses (21). Também fica evidente que, embora a proposta das salas não se estenda a crianças com mais de 9 anos, no município, o atendimento se ampliava a estas (14). Sobre esse aspecto, foi possível perceber, durante as observações, que, em alguns momentos, as crianças mais velhas acabavam auxiliando o acolhedor no cuidado com as menores, denotando o fortalecimento de vínculos de solidariedade entre si.

Faixa etária	E. M. Genésio da C. Cotrim	E. M. Guilherme de M. Saraiva	E. M. Antônio J. da Silva	E. M. Pedro A. de Araújo	Total
0 a 3 anos e 11 meses	3	5	4	2	14
4 a 8 anos e 11 meses	11	3	3	4	21
9 anos ou mais	1	1	5	7	14
Idades não informadas	0	9	5	0	14
Total	15	18	17	13	63

Tabela 3 - Faixa etária das crianças atendidas

Fonte: <www.repositorio-bc.unirio.br>.

Percepções sobre as salas no município de Itaboraí

Considerando essencial “dar voz” aos sujeitos da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987), prosseguimos, neste item, apresentando as percepções dos principais sujeitos do Projovem Urbano do município de Itaboraí sobre o atendimento prestado nas salas de acolhimento.

Tais espaços foram fator relevante na decisão de 12 dos 14 jovens com filhos que as utilizavam para a inscrição no Projovem Urbano. Dentre os estudantes do mesmo grupo, 2 afirmaram nunca ter alguém para ficar com seus filhos enquanto estudam, 8 possuíam este apoio às vezes e 4 sempre o tinham. As mulheres mencionaram ainda que

os cuidados com os filhos acabam ficando, na maioria das vezes, sob sua responsabilidade, o que as obrigava a abdicar do trabalho e dos estudos, a fim de garantir o bem-estar de suas crianças: “Eu não tenho ninguém para olhar o meu menor. Os dois maiores já ficam sozinhos, mas não posso deixar o pequenininho com eles”. Tal situação reforça o postulado por Santos (2001, p. 114), quando, ao analisar o perfil de mães jovens em processo de construção de suas identidades, afirma serem elas “centradas em seus filhos e na vida doméstica [...], padrões tradicionais frente à função da mulher na sociedade”.

Perguntados sobre os efeitos da ação em suas vidas, os estudantes com filhos destacaram a possibilidade de frequentar as aulas com maior tranquilidade, tendo, assim, melhores condições de concluir o Programa. Para os jovens sem filhos também foi evidente a contribuição das salas, visto que estes assinalaram que “quando funcionavam, era mais fácil prestar atenção às aulas”, em função de as crianças terem onde ficar durante as atividades do Projovem. Como revela o gráfico 1, entre os diferentes sujeitos que participaram da aplicação dos questionários, a maioria (33) afirmou que as salas de acolhimento contribuíram para a permanência dos jovens no Programa, considerando-as ainda um direito, como exemplifica a fala de uma estudante: “Eu acho que a gente tem direito de ter essas salas pros nossos filhos pra poder estudar, né? ”.

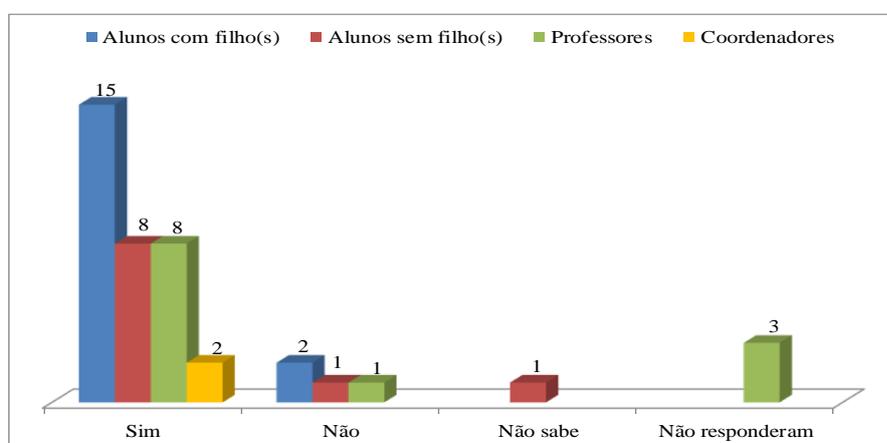


Figura 1 - Contribuição das salas para a permanência dos jovens no Programa

Fonte: <www.repositorio-bc.unirio.br>.

No que tange à ampliação do atendimento das salas de acolhimento para outros estudantes além do Projovem, a maior parte dos respondentes (35) também considera importante estender esta oportunidade, como elucida o gráfico 2.

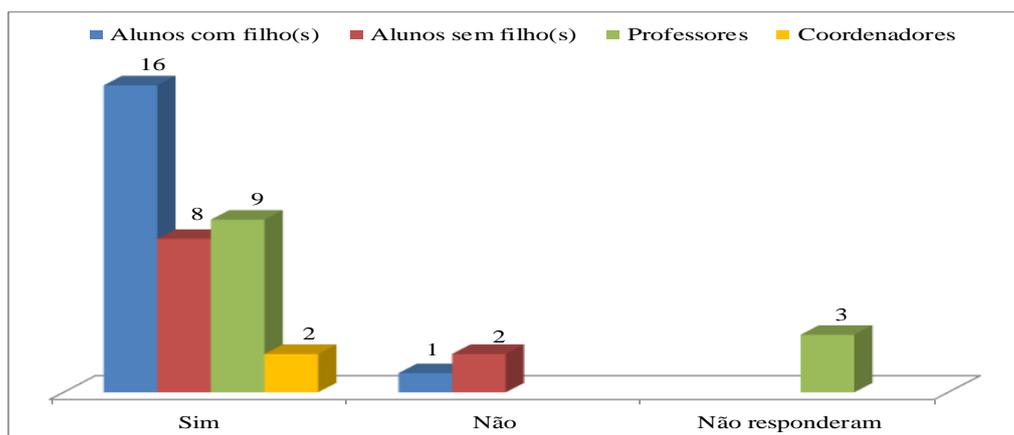


Figura 2 - Ampliação do atendimento das salas para outros jovens

Fonte: <www.repositorio-bc.unirio.br>.

O representante da Semec entende, contudo, que o benefício deva ser apenas estendido para a EJA, pois “na política pública a gente tem que pensar devagar, porque essa construção tem que ser avaliada”. Acrescenta ainda que na EJA regular do município já existe um movimento para que as salas de acolhimento se ampliem para a modalidade:

Entre os alunos da EJA é uma solicitação quase que maciça. Onde eles veem que tem Projovem e detectam que existe as salas de acolhimento, também querem participar. Nós não conseguimos nos organizar estruturalmente pra poder atender a todos. A gente está pensando com a coordenação da EJA como que no futuro isso poderia ser feito, para tentar atender um pouco mais, no intuito de minimizar também a evasão na modalidade. Porque a evasão na EJA também é em decorrência da responsabilidade dos filhos à noite. É um dos motivos da evasão; existem outros, mas a gente percebe que a responsabilidade de tomar conta dos filhos é um motivo bem grande.

Os alunos com filhos avaliaram ainda o trabalho exercido pelos profissionais das salas como também as atividades realizadas. A maioria (8) atribuiu o conceito “bom” nos dois casos, diferente da avaliação a respeito dos espaços ocupados pelas salas e dos materiais utilizados, que receberam os conceitos “inadequados” (8) e “pouco adequados” (9), o que dá uma ideia da importância atribuída pelo público ao aparelhamento apropriado dos espaços em ações similares.

Grande parte dos entrevistados (25) mencionou também a necessidade de melhorias nas salas, tais como a contratação de profissionais mais preparados para o trabalho com as crianças, a disponibilização de espaços mais apropriados para o desenvolvimento das atividades e o uso de materiais adequados para as diferentes faixas etárias. Entretanto, 3 deles levantaram a possibilidade de se utilizar o espaço das salas

para “ensinar” outras coisas, a exemplo do que era realizado pelo acolhedor antes citado: “Ela poderia ensinar as crianças também, pra não ficar só brincando”; “É necessário dar aulas para os alunos”; “Tinha que ter livros de histórias pra ensinar as crianças a ler”. Sobre esse assunto, vale frisar que, por sua vez, a coordenação local sempre afirmou que a proposta das salas seria realmente a de recreação e lazer, visto que muitas daquelas crianças já estudavam e só precisariam de atenção e cuidados enquanto os pais frequentavam as aulas do Programa.

Também perguntamos aos jovens que utilizavam as salas o que fizeram quando elas deixaram de funcionar. Nessa situação, 13 procuraram alguém para ficar com suas crianças e 4 disseram que as levaram para a escola assim mesmo. Alguns desses jovens inclusive disseram que outras pessoas deixaram de frequentar as aulas por conta dessa interrupção:

Quando não tenho alguém para ficar com meus filhos, sou obrigada a trazê-los comigo. Se possível, não demorem a providenciar esta sala de acolhimento, pois o tempo está passando... depois terminaremos e não vamos ver nada acontecendo. Sei que é direito nosso, mas nem todos olham para nós e com isso muitos estão desistindo das aulas. Muitas mães realmente têm muita necessidade.

Considerações Finais

Como já tratado no decorrer deste artigo, nosso propósito em apresentar um estudo a respeito das salas de acolhimento do Projovem Urbano foi trazer contribuições tanto para as discussões a respeito do direito à educação da juventude no campo da EJA quanto para a muito provável implantação de ações do mesmo escopo, como, no caso, o Espaço Coruja. Isto porque, um dos principais desafios que se apresentam não apenas para a educação brasileira, mas para todo o campo das políticas públicas consiste em promover a inclusão social da juventude, de forma a garantir seus direitos e promover a redução das abissais desigualdades que caracterizam historicamente este país.

Andrade (2004, p. 24) destaca que, na EJA “estão os jovens reais, os jovens aos quais o sistema educacional tem dado as costas”. Tal público, em sua maioria, é composto por jovens trabalhadores, que no passado tiveram, de alguma forma, negado o seu direito à educação. Oferecer apoio a esse estrato, marcado por profundas desigualdades sociais, significa propiciar-lhes uma nova oportunidade de acesso à educação, o que, na verdade e antes de tudo, constitui-se um direito seu. Contudo, vimos que, além de garantir o acesso, é necessário também assegurar as devidas condições de permanência. Nesse sentido,

Arroyo (2006, p. 28) realça: “a história mostra que o direito à educação somente é reconhecido na medida em que vão acontecendo avanços sociais e políticos na legitimação da totalidade dos direitos humanos”. Nesse sentido, afirmamos que o direito à educação só vai se efetivar para os jovens da EJA - mas não apenas para estes - se for acompanhado de outras ações de suporte, tais como a oferta de salas de acolhimento.

Com a inserção das referidas salas, o Projovem Urbano abriu uma nova perspectiva de melhoria da qualidade do ensino, através do atendimento a crianças sob a responsabilidade dos jovens que antes eram levadas à escola no turno da noite sem que houvesse um espaço adequado para recebê-las. “Sabendo que seus filhos estão bem e em segurança, os jovens acabam aprendendo mais”, disse-nos uma professora entrevistada. Foi justamente o que vimos em Itaboraí, jovens mais envolvidos nas atividades escolares e satisfeitos com o atendimento prestado pelas salas. Estes relataram, em conversas informais, que obtinham maior proveito nas disciplinas por estarem mais concentrados nas aulas. A satisfação com esse atendimento não era exclusiva dos jovens que o acessavam, pois alunos sem filhos, de forma solidária, também aprovavam o serviço, uma vez que as salas supriam as necessidades de seus colegas ao abrigarem suas crianças.

Sabemos, contudo, que tal oferta não é consenso, constituindo campo de disputa complexo, onde os embates ocorrem durante todo o processo, desde o âmbito da discussão até o da implementação.

Percebemos que o perfil dos jovens que mais se beneficiaram das salas em Itaboraí é composto, em sua maioria, por mulheres com idade entre 24 a 29 anos, casadas e com mais de um filho. É relevante salientar que muitas das jovens entrevistadas denunciaram ainda a situação de não ter com quem deixar seus filhos enquanto trabalham.

Um dado importante para a reflexão na esfera das políticas públicas é o fato de as salas de acolhimento de Itaboraí receberem filhos de outros alunos da EJA, o que denuncia uma demanda dos demais estudantes ainda não atendida, sobretudo os do turno da noite. Percebemos também que ao estender o atendimento das salas aos filhos de alunos da EJA regular, o município conseguiu estabelecer uma certa harmonia entre os estudantes do Projovem e os demais alunos da Educação de Jovens e Adultos, fato que não era comum nas entradas anteriores do Programa e que possibilitou uma maior interação entre os dois grupos. Sendo assim, parece imperiosa a expansão desse atendimento para todo o universo do ensino noturno, partindo do princípio de que esta é uma ação cuja base é tão-somente o cumprimento de um direito social (TELLES, 1999).

Outro dado relevante a respeito desse atendimento foi a grande presença de crianças com idade acima da faixa etária proposta pelo Programa, o que sugere a necessidade de ampliar tal faixa em ações do mesmo escopo. Observamos ainda que essas crianças acabavam prestando auxílio aos acolhedores, no que tange ao cuidado com as menores, visto que todas estavam inseridas no mesmo espaço.

Analisando os desafios e impasses apresentados pelos gestores do Programa, constatamos que a dificuldade em conseguir profissionais da rede municipal de ensino para trabalhar nas salas de acolhimento acabou prejudicando os resultados desta nova ação no município. Também não parece profícua a dobra de turno desses profissionais, uma vez que estes se dizem sobrecarregados, situação que pode resultar, como vimos, no abandono da função. Constatamos, ainda, existir uma certa resistência das escolas em incorporar esse tipo de direito, o que em muito dificulta os processos de implementação e desenvolvimento das salas.

O alto índice de evasão também caracterizou a edição do ProJovem 2012, o qual, além dos transtornos experimentados na efetivação das salas de acolhimento, parece estar relacionado a outros fatores elencados pelos entrevistados, tais como a necessidade de trabalhar e a falta de transporte. No mais, vale reafirmar o fato de o maior percentual de evasão ter ocorrido justo no início da edição, quando as salas ainda não haviam sido implantadas, bem como os depoimentos confirmarem que muitos jovens não tinham com quem deixar seus filhos no período das aulas.

Vimos, também, existir certa confusão entre a dimensão pedagógica e a educativa no âmbito do Programa. A educação é uma prática social que está presente nas salas, assim como em todo o processo de constituição das relações sociais. Ou seja, toda experiência pode ser educativa sem que haja necessariamente propósitos, objetivos ou conteúdos a serem trabalhados. Em determinadas ocasiões, pedagógico e educativo se complementam, mas não são a mesma coisa. A prática pedagógica envolve ensino, isto é, reúne elementos visando à escolarização dos sujeitos. Sendo assim, é importante enfatizar que a sala de acolhimento deve assumir apenas função educativa. Por esse caminho, torna-se necessário zelar para que a lógica escolar não se imponha nesses espaços, transformando-os num lugar de ensino escolarizado. Isto porque, como visto no corpo deste artigo, os depoimentos de vários entrevistados revelam situações que remetem à reflexão de Dayrell (2007, p. 1117), quando o autor denuncia a transportação da lógica escolar para outras instâncias da vida social, lógica esta que “parece invadir cada vez mais a sociedade, atingindo, principalmente, as crianças e jovens, reforçando ainda mais sua

identidade como ‘alunos’, como se essa fosse sua condição natural”. Diante disso, a experiência das salas deve obrigatoriamente refutar a condição de réplica escolar, uma vez que é medida **acessória** à garantia do direito à educação para os estudantes do Projovem Urbano, não substituindo e nem complementando atividades pedagógicas.

Uma questão a se levantar é acerca da condição dos estudantes mães e pais do ensino diurno. Será que por falta de um serviço como o das salas de acolhimento tais jovens não se constituiriam a futura “clientela” do ensino noturno? Nessa linha de raciocínio, não seria então o caso de se pensar na ampliação de tal atendimento para todos os turnos?

Por fim, cabe sempre ressaltar que, diante do que foi por nós vivenciado neste estudo exploratório, a experiência das salas de acolhimento pode contribuir - e muito - para a transformação de práticas e mentalidades, não apenas no campo da escolarização juvenil, mas em outras instâncias, como, por exemplo, o mundo do trabalho, em ações cujo foco seja a ampliação dos direitos sociais. Isto quer dizer: colaborar de fato para que os cidadãos deste país, sobretudo aqueles provenientes das camadas populares, venham a se constituir, num futuro mais próximo, sujeitos de direitos em sua integralidade, e não apenas pela metade.

Referências

ANDRADE, Eliane Ribeiro. “Os jovens da EJA e a EJA dos jovens”. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil; OLIVEIRA, Edna Castro de. Composição social e percursos escolares dos sujeitos do Projovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. INEP: **Em Aberto**, Brasília. v. 22, n. 82, nov. 2009. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1579/1271>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BAPTISTA, Rachel. **Acolhimento familiar, experiência brasileira: reflexões com foco no Rio de Janeiro**. Orientadora: Irene Rizzini. 112 folhas. Dissertação, Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8863/8863_1.PDF>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BENINI, Caroline Silva Almeida. **O fenômeno da gravidez na adolescência em perspectivas diferenciadas e suas implicações nas relações pessoais, familiares e sociais**. Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. 84 folhas. Dissertação, Mestrado em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2011. Disponível em:

<<https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3354/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.557 de 05 de outubro de 2005**. Brasília, 2005a.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Brasília, 2005b.

_____. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. NOVAES, Regina Célia Reyes et al. (Orgs.). São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

_____. Secretaria Nacional da Juventude. Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Web site do Projovem Urbano**. Brasília: 2007. Disponível em:
<<http://www.projovem.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008**. Brasília, 2008a.

_____. Presidência da República. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Brasília, 2008b.

_____. Presidência da República. **Resolução CD/FNDE nº 60, de 09 de novembro de 2011**. Brasília, 2011a.

_____. Secretaria Nacional e Juventude. **2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2011b.

_____. Ministério da Educação. SECADI. COEDI. MDS. **Nota Técnica nº 001**. Brasília, 2012.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Gênero e cuidado em políticas: salas de acolhimento do Projovem Urbano. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47 n. 163 p. 264-291 jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00264.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

CATHARINO, Tânia Ribeiro; GIFFIN, Karen. Gravidez e Adolescência – investigação de um problema moderno. In: **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, 2002. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_ST7_Catharino_texto.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

DAFLON, Rogério. Câmara Municipal aprova cinco de sete projetos de lei elaborados por Marielle Franco. **Jornal do Brasil**. Disponível em:
<<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/05/03/camara-municipal-aprova-cinco-de-sete-projetos-de-lei-elaborados-por-marielle-franco/>>. Acesso em: 05 de mai. 2018.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>>. Acesso em: 28 de mai. 2018.

DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Lévinas.** Tradução: Fábio Landa com a colaboração de Eva Landa. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil. A pré-escola e o direito à educação: aportes para um debate. **Estudos em Avaliação Educacional.** São Paulo, v. 28, n. 67, p. 102-131, jan./abr. 2017.

FERREIRA, Rosilaine Gonçalves da Fonseca. **“Como estudar, se não tenho com quem deixar meus filhos?”** Um estudo sobre as salas de acolhimento do Projovem Urbano. Orientador: Luiz Carlos Gil Esteves. 163 folhas. Dissertação, Mestrado em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

LEÃO, Geraldo; NONATO, Symaira Poliana. Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o Projovem Urbano em Belo Horizonte. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 4, 2012.

LIRA, Márcia de Figueiredo Lucena; et al. **Projovem Original e Urbano:** aspectos de uma ação voltada para juventude a partir de uma proposta de gestão integrada. João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/PROJOVEM%20ORIGINAL%20E%20URBANO.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MARIA, Vanessa Moraes; et al. A ludicidade no processo ensino-aprendizagem. **Corpus et Scientia**, v. 5, n. 2, p. 5-17, set. 2009.

NOVAES, Regina. Juventude e Ação Social no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa. In: LANDIM, Leilah (Org.). **Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência etc.** Nau Editora: Rio de Janeiro, 1998.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. Educação Infantil: instituições, funções e propostas. In: **O cotidiano na Educação Infantil.** Salto para o Futuro. Boletim 23, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/175810Cotidiano.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ORTIZ, Cisele. Entre adaptar-se e ser acolhido. **Revista Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores**, 2000. Disponível em: <<http://www.avisala.org.br/index.php/assunto/jeitos-de-cuidar/entre-adaptar-se-e-ser-acolhido/>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

RIBEIRO, Marcelle. Creche de má qualidade pode causar impacto de longo prazo. **Jornal O Globo.** 2ª edição, Caderno de Educação, p. 6, 27 mai. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/creche-de-ma-qualidade-pode-causar-impacto-de-longo-prazo-8507602>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº 17**, dos Vereadores Marielle Franco e Tarcisio Motta, 2017. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325>>

775900523a42/aa1053ede21ab6fe832580c800561d65?OpenDocument>. Acesso em: 29 jun. 2018.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: **O Estudo da Política: Tópicos Selecionados**. Ed. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Rosa de Lourdes Azevedo. **Jovens mães e processos de construção de suas "identidades"**. Orientador: Rubens de Camargo Ferreira Adorno. 165 folhas. Dissertação, Mestrado em Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://bases.bireme.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

TEIXEIRA, Ana Cristina Sofiati. **Boas práticas pedagógicas: dilemas e transformações de educadores e educandos do Projovem Urbano**. Orientadora: Maria Inês Corte Vitória. 98 folhas. Dissertação, Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3672/1/430430.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Samuel Walford Vieira e Miguel Farah Neto*

Submetido em 07/12/2018 **Aprovado em 08/10/2019**
Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)